

Abril Indígena: Casa Comum, Esperança e Compromisso Ético

"Num ponto
equidistante entre
o Atlântico e o
Pacífico
Do objeto, sim,
resplandecente,
descerá o índio
E as coisas que eu
sei que ele dirá,
fará
Não sei dizer assim
de um modo
explícito

Virá
Impávido que nem
Muhammad Ali
Virá, que eu vi
Apaixonadamente
como Peri
Virá, que eu vi
Tranquilo e infalível
como Bruce Lee
Virá, que eu vi
O axé do afoxé
Filhos de Gandhi
Virá

E aquilo que nesse
momento se
revelará aos povos
Surpreenderá a
todos não por ser
exótico
Mas pelo fato de
poder ter sempre
estado oculto
Quando terá sido
o óbvio"

Trecho da música
"Um Índio", de
Caetano Veloso

[Ouça aqui](#) a versão
de "Um Índio"
interpretada por
Maria Gadú e Zahy
Tentehar

O ano de 2025 marca a 81ª celebração do Abril Indígena, período que enfatiza a luta e resistência dos povos indígenas do Brasil, uma oportunidade para refletirmos sobre o verdadeiro sentido de convivência, pautado nos princípios éticos, respeito às diversidades e promoção da justiça social. Em um Brasil plural e rico em culturas, a presença dos povos originários nos convida a revisitar a importância de viver em harmonia com a natureza, com o outro e com os seus próprios valores.

O servidor público, orientado pelos princípios do Decreto nº 1.171/1994, deve pautar sua conduta pela dignidade, pela responsabilidade e pela consciência de que serve a uma sociedade múltipla, na qual nenhuma identidade pode ser negligenciada. Ser ético é reconhecer que há sabedoria e dignidade nas diversidades – e que a presença indígena não é um traço do passado, mas um direito do presente e uma esperança para o futuro.

Ainda hoje, os povos indígenas enfrentam discriminações, estereótipos e negações de seus direitos fundamentais. Comentários como "esse não é mais índio, porque está usando celular" ou "índio é quem vive pelado no mato" não apenas demonstram desconhecimento cultural, mas ferem os princípios da fraternidade e do respeito humano que devem nortear o serviço público.

Mas há também sinais de esperança: pessoas que se levantam em defesa dos direitos indígenas, que compreendem que ética é agir com justiça e empatia. Que ser "parente", na sabedoria indígena, é saber acolher o outro como igual na dignidade, mesmo sendo diferente na cultura.

Refleta: qual tem sido o seu papel na construção de um serviço público verdadeiramente respeitoso às diversidades? Você reconhece e valoriza a presença dos povos indígenas como parte viva da nossa casa comum?

É tempo de rever atitudes, de ouvir mais, de respeitar mais, de agir com mais consciência. Ética pública não se resume ao cumprimento de deveres legais – ela exige de nós um compromisso real com a construção de uma sociedade em que os povos tenham voz, vez e respeito.

Enquanto agentes públicos, nos cabe prezar pela conduta ética de respeito às políticas públicas e garantia de direitos para a coletividade. Assim, nosso convite é que cada um aja de forma que sejamos instrumentos de transformação nos espaços que ocupamos. E, inspirados na força e na esperança que move os povos indígenas, façamos dos nossos esforços um caminho vivo de justiça e fraternidade.

Caso tenha dúvidas ou queira compartilhar boas práticas, a Comissão de Ética do MEC está à disposição. Estamos aqui para ajudar!